

## Principais Agregados das Administrações Públicas

2016 – Dados provisórios

### Principais Agregados das Administrações Públicas

O INE apresenta os dados dos Principais Agregados das Administrações Públicas (AP), relativos à estimativa provisória anual de 2016 e enviados ao Eurostat no âmbito do programa de transmissão SEC 2010<sup>1</sup>.

De acordo com esta estimativa provisória, o setor das AP apresentou, em 2016, uma necessidade líquida de financiamento de 3 665 milhões de euros (2,0% do PIB).

As contas do setor das AP apresentadas neste destaque são compiladas de acordo com os conceitos e definições do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais 2010 (SEC 2010). São ainda seguidas as orientações específicas do Manual do Défice e da Dívida das Administrações Públicas<sup>2</sup>.

Os dados apresentados são consistentes com a segunda notificação de 2017 relativa ao Procedimento dos Défices Excessivos (PDE), também hoje divulgada.

O quadro 1 apresenta os valores provisórios dos principais agregados das AP para o ano de 2016, discriminados por subsectores:

**QUADRO 1 - PRINCIPAIS AGREGADOS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS - DADOS PROVISÓRIOS**

**ANO: 2016**

*Unidade: Milhões de euros*

Código da operação	Designação da operação	Administrações Públicas	Administração Central	Administração Regional e Local	Fundos de Segurança Social
		<b>S13</b>	<b>S1311</b>	<b>S1313</b>	<b>S1314</b>
<b>TE</b>	<b>Total de despesas das administrações públicas</b>	83 371	62 640	10 489	23 237
<b>TR</b>	<b>Total de receitas das administrações públicas</b>	79 706	56 559	11 343	24 798
<b>B.9</b>	<b>Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento (saldo em Contas nacionais)</b>	-3 665	-6 081	855	1 561

*Nota:*

Para o total das despesas e total das receitas, por efeitos de consolidação de algumas operações, a soma dos subsectores não é igual ao valor do total do setor.

O setor institucional das AP registou uma necessidade líquida de financiamento de 3 665 milhões de euros em 2016, correspondente a 2,0% do PIB, o que compara com 4,4% observado em 2015. Esta necessidade de financiamento

<sup>1</sup> Regulamento (UE) n.º 549/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de maio de 2003, relativo ao sistema europeu de contas nacionais e regionais na União Europeia.

<sup>2</sup> Este documento encontra-se disponível em <http://ec.europa.eu/eurostat/en/web/products-manuals-and-guidelines/-/KS-GQ-16-001>

agregada teve origem no subsetor da Administração Central, dado que os subsectores da Administração Regional e Local e dos Fundos de Segurança Social apresentaram capacidade líquida de financiamento.

O quadro 2 apresenta as principais componentes da receita das AP, com a natureza de valores finais para o ano de 2015 e provisórios para o ano de 2016:

**QUADRO 2 - RECEITAS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS**

*Unidade: Milhões de euros*

<b>Código da operação</b>	<b>Designação da operação</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
<b>OTR</b>	<b>Receita Total</b>	<b>78 751</b>	<b>79 706</b>
	<b>Receita Corrente</b>	<b>77 351</b>	<b>78 909</b>
	da qual		
D2	Impostos sobre a produção e a importação	26 069	27 347
D61	Contribuições Sociais	20 783	21 609
D5	Impostos correntes sobre o rendimento, património, etc...	19 529	19 081
<b>D9</b>	<b>Receita de Capital</b>	<b>1 400</b>	<b>796</b>

A receita total das Administrações Públicas aumentou 1,2% (cerca de 950 milhões de euros) em 2016 relativamente ao valor anterior, em resultado do efeito conjugado da melhoria da receita corrente e da redução da receita de capital.

Entre os anos de 2015 e 2016, a receita corrente registou um aumento de 2,0%, impulsionado pelas contribuições sociais e pelos impostos sobre a produção e a importação, que apresentaram subidas de, respetivamente, 4,0% e 4,9%, em resultado da evolução da atividade económica e do emprego e também a implementação do Programa Especial de Redução do Endividamento ao Estado. Estas variações determinaram um aumento dos respetivos pesos relativos no total da receita, tendo os impostos sobre a produção e a importação passado a representar 34,3% do total (um aumento de 1,2 pontos percentuais (p.p.)) e as contribuições sociais 27,1% (uma subida de 0,7 p.p.). Os impostos correntes sobre o rendimento, património, etc... apresentaram, em 2016, uma diminuição de 2,3%, passando a representar 23,9% da receita total (24,8% em 2015).

O quadro 3 apresenta as principais componentes da despesa das AP, valores finais e provisórios, para os anos de 2015 e 2016, respetivamente:

**QUADRO 3 - DESPESAS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS**

*Unidade: Milhões de euros*

<b>Código da operação</b>	<b>Designação da operação</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
<b>OTE</b>	<b>Despesa Total</b>	<b>86 669</b>	<b>83 371</b>
	<b>Despesa Corrente</b>	<b>79 003</b>	<b>79 818</b>
	da qual		
D1	Remunerações dos Empregados	20 349	20 881
D62	Prestações Sociais, exceto Prestações Sociais em espécie	31 338	31 730
D41	Juros	8 210	7 761
<b>D9+P5+NP</b>	<b>Despesa de Capital</b>	<b>7 666</b>	<b>3 552</b>

A despesa total das AP registou uma diminuição de 3,8% em 2016. Esta variação negativa resultou do efeito conjugado de um aumento de 1,0% na despesa corrente e de uma diminuição de 53,7% na despesa de capital, correspondente a uma redução do peso relativo na despesa total em 4,5 p.p., que se fixou em 4,3% em 2016.

O aumento de 1,0% na despesa corrente foi consequência dos aumentos de 2,6% nas remunerações dos empregados e de 1,2% nas prestações sociais, exceto prestações sociais em espécie, resultantes das medidas de reposição salarial dos funcionários da administração pública ocorridas no ano de 2016, e da diminuição de 5,5% nos encargos com juros. Estas variações implicaram que o peso relativo das remunerações dos empregados e das prestações sociais, exceto prestações sociais em espécie tenham, respetivamente, apresentado um aumento de 1,6 e 1,9 p.p., para 25,0% e 38,1% do total da despesa. O peso relativo dos encargos com juros diminuiu ligeiramente, passando a representar 9,3% da despesa total (9,5%, em 2015).

A despesa de capital registou uma diminuição de 53,7%, entre 2015 e 2016. Esta variação negativa teve como principais contributos a diminuição em 34% da formação bruta de capital entre 2015 e 2016 e o efeito de base devido ao registo em 2015, como transferência de capital, da operação extraordinária de resolução do Banif, S.A. no montante de 2,5 mil milhões de euros.

O quadro 4 apresenta os saldos das AP, valores finais para 2015 e provisórios para 2016:

**QUADRO 4 - SALDOS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS**

*Unidade: Milhões de euros*

<b>Código da operação</b>	<b>Designação da operação</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
<b>B9</b>	<b>Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento (saldo em Contas nacionais)</b>	<b>-7 918</b>	<b>-3 665</b>
	<b>Saldo Corrente</b>	-1 652	-909
<b>B9 - D41</b>	<b>Saldo Primário</b>	292	4 096

A necessidade líquida de financiamento do setor das AP reduziu-se em 4 253 milhões de euros em 2016, relativamente a 2015, fixando-se em 3 552 milhões de euros (2,0% do PIB), em resultado dos efeitos conjugados da diminuição da despesa (em 3,8%) e do aumento da receita (em 1,2%).

O saldo primário, que corresponde ao saldo global excluindo o pagamento de juros, fixou-se em 4 906 milhões de euros, verificando-se uma melhoria de 3 803 milhões de euros relativamente ao ano anterior.

## Revisões

Relativamente aos valores apresentados em março passado, os dados de 2015 apresentam agora uma natureza final, com a incorporação de informação também final referente a todas as entidades das Administrações Públicas.

Os dados respeitantes a 2016 apresentam ainda uma natureza provisória. As revisões efetuadas relativamente à versão inicial de 2016 refletem não apenas a incorporação de dados revistos da Administração Local, do Serviço Nacional de Saúde e da Informação Empresarial Simplificada (IES), mas também o uso de informação adicional baseada na especialização do exercício (*accrua*), ao invés de informação baseada em fluxos de caixa, para um conjunto mais vasto de entidades.

Assim, comparativamente com a publicação efetuada em março, a necessidade líquida de financiamento do setor das AP agravou-se em cerca de 92 milhões de euros em 2015, tendo melhorado em cerca de 57 milhões de euros em 2016.